



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Trabalho profissional**

## **REFLEXÕES ACERCA DAS TIPOLOGIAS TEXTUAIS EM LAUDOS SOCIAIS**

**BRENNON KASSIO BERNARDO VIEIRA<sup>1</sup>**

**MARCONES DA SILVA NASCIMENTO<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Neste estudo, reflete-se sobre o uso das tipologias textuais em laudos sociais. Discute-se sua estrutura, explica-se as tipologias e debate-se suas contribuições para as decisões judiciais. Entender as tipologias e seu uso contribui de maneira eficaz na escrita do laudo, impactando no processo de tomada de decisões no âmbito jurídico e contribuindo para o aperfeiçoamento da formação profissional.

**Palavras-chave:** tipologias textuais; laudo social; sociojurídico; formação profissional.

### **RESUMEN**

En este estudio, se reflexiona sobre el uso de las tipologías textuales en informes sociales. Se discute su estructura, se explican las tipologías y se debate sobre sus contribuciones a las decisiones judiciales. Comprender las tipologías y su uso contribuye de manera eficaz en la redacción del informe, impactando en el proceso de toma de decisiones en el ámbito jurídico y contribuyendo al perfeccionamiento de la formación profesional.

**Palabras clave:** tipologías textuales; informe social; sociojurídico; formación profesional.

## **1. INTRODUÇÃO**

O laudo social é uma das ferramentas mais requisitadas no campo do Serviço Social, especialmente no âmbito jurídico quando se trata de subsidiar decisões judiciais, administrativas e políticas públicas. Este documento técnico analisa e apresenta as condições sociais, econômicas,

---

<sup>1</sup> Centro Universitário de João Pessoa

<sup>2</sup> Universidade Estadual da Paraíba



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

culturais e familiares de indivíduos ou grupos, servindo como um guia fundamentado para a tomada de decisões. Dada a sua importância e aplicabilidade em diversos contextos profissionais, este estudo se propõe a refletir sobre o uso das tipologias textuais na construção de laudos sociais, com foco particular no contexto sociojurídico.

No âmbito jurídico, o laudo social adquire uma relevância ainda maior, pois oferece um entendimento sobre as relações sociais no contexto de sua elaboração, direcionando a subsidiar a formação de juízos e a tomada de decisões relativas a direitos fundamentais. Esse documento atua como uma ponte entre a realidade social vivenciada pelos indivíduos e a tentativa de aplicação da justiça, proporcionando uma visão contextualizada das condições sociais que influenciam os sujeitos envolvidos. A elaboração de um laudo social exige do/a assistente social não apenas competência técnica e teórico-metodológica, mas também um compromisso ético, assegurando que as análises sejam pertinentes, consistentes e, acima de tudo, respeitem a dignidade dos sujeitos analisados.

Ratificando o ensinamento de Selma Marques Magalhães (2006, p. 31-2) em sua obra “Avaliação e Linguagem: relatório, laudos e pareceres”, que

comunicações escritas – especialmente quando são efetivadas por profissionais graduados - pressupõem sua identificação com a exemplaridade da língua, numa determinada particularidade institucional e profissional. Assim, assistentes sociais, psicólogos, médicos, educadores... transmitem suas identidades profissionais por meio dos relatórios ou laudos que elaboram. É de se esperar que sigam a normal culta da língua e não adentrem seus escritos para uma linguagem coloquial ou do senso comum.

Este estudo explora as diferentes tipologias textuais que podem ser aplicadas na elaboração de laudos sociais, destacando como cada uma delas contribui para a clareza, a eficácia e a precisão do documento. A reflexão sobre essas tipologias visa aprimorar a formação profissional dos/as assistentes sociais, capacitando-os a produzir laudos que não apenas informam, mas que também orientam decisões de maneira ética e responsável. Contribuindo, de um lado, com a formação profissional, uma vez que ele ensina o manejo da “língua culta” e, de outro, com a imagem da profissão, já que se parte da pressuposição que a sua contribuição resultará em documentos escritos qualificados.

Para facilitar a exposição, o artigo estruturar-se-á da seguinte maneira: na próxima seção, contextualizar-se-á a importância do laudo social no Serviço Social, destacando suas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Em seguida, expor-se-á as tipologias textuais – descritiva, dissertativa, injuntiva e narrativa –, conforme ensina Luiz Carlos Travaglia,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

discutindo como cada uma delas pode ser utilizada para substanciar a redação dos laudos sociais, com fito de garantir que sejam documentos claros, precisos e eficazes. Por fim, são oferecidas considerações finais que sintetizam as contribuições das tipologias textuais para a formação e atuação dos/as assistentes sociais, ressaltando a importância de um domínio técnico e ético na produção de documentos que subsidiam decisões judiciais e administrativas.

## 2. DO LAUDO SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL

É de comum acordo entre os/as assistentes sociais que laudo social é uma ferramenta cotidianamente usada no campo da profissão, principalmente para embasar decisões judiciais, administrativas e políticas públicas. Esse documento técnico analisa e apresenta as condições sociais, econômicas, culturais e familiares de indivíduos ou grupos, auxiliando na tomada de decisões fundamentadas. Dado que ele atende a diversos contextos profissionais, neste trabalho, refletir-se-á no contexto sociojurídico<sup>3</sup>.

O laudo social representa uma forma de comunicação escrita resultante de um estudo, realizado para compreender uma situação específica designada. Esse documento técnico é fundamentado no conhecimento especializado do/a assistente social, refletindo um parecer profissional em análise criteriosa e embasada (GOMES, 2019). No contexto jurídico, sua importância se amplifica, pois, além de oferecer elementos de base social que auxiliam na formação de um juízo e na tomada de decisões relativas a direitos fundamentais, ele também adquire *status* de prova judicial (FÁVERO, 2014). Dessa maneira, o laudo social atua como uma ponte entre a realidade social vivenciada pelos indivíduos e a aplicação da justiça, proporcionando uma visão contextualizada das condições sociais que influenciam os sujeitos envolvidos, e, assim, contribuindo para decisões mais pertinentes e equitativas no âmbito judicial.

O laudo é produto de uma totalidade articulada sobretudo por três dimensões<sup>4</sup> do exercício profissional: a) pela dimensão técnico-operativa, ou seja, a habilidade na utilização dos

<sup>3</sup> O termo “sociojurídico” surge na publicação da revista Serviço Social & Sociedade nº 67, de 2001, que trata da inserção profissional no Poder Judiciário e do sistema penitenciário. Sendo assim, entender-se-á por ele toda intervenção de assistentes sociais no universo jurídico, dos direitos, dos direitos humanos, direitos reclamáveis, do acesso a direitos via Judiciário e Penitenciário (CFESS, 2014).

<sup>4</sup> Além dessas dimensões, há ainda quem postule – mas não é um assunto pacificado no meio de pesquisa da profissão – que há as dimensões *investigativa*, *interventiva* e *formativa*. Para saber mais sobre o tema, sugere-se: DOS SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; FILHO, Rodrigo de Souza. A dimensão técnico-operativa do serviço social: questões para reflexão. In: DOS SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (org.) **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 25-47



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

instrumentais do Serviço Social; b) pela dimensão teórico-metodológica, referindo-se à base de conhecimento para análise da realidade, como o referencial teórico e metodológico do Serviço Social, teorias, diretrizes, leis e normatizações da matéria em estudo; e, por fim, c) a dimensão ético-política, que baliza os valores norteadores do exercício profissional, de acordo com os princípios do Código de Ética do/a Assistente Social (GOMES, 2019).

É pacificado no meio de pesquisa que na elaboração do laudo social se utiliza uma metodologia apropriada à perícia social como: a) realização de entrevistas com os sujeitos envolvidos e visitas domiciliares para observar diretamente as condições de vida<sup>5</sup>; b) coleta e análise de documentos pertinentes a demanda, como registros de saúde, escolares, entre outros; c) avaliação das condições socioeconômicas, culturais e do contexto comunitário dos sujeitos; d) utilização de referenciais teóricos do Serviço Social e de outras ciências sociais para embasar a análise; e) organização e redação do laudo, apresentando de forma clara e objetiva os achados e conclusões.

Assim como também é de comum acordo que um laudo social geralmente é estruturado em seções que apresentam: a) dados de identificação do(s) sujeito(s) analisado(s); b) descrição do objetivo do laudo e a demanda que o originou; c) explicação dos métodos e técnicas utilizados na coleta e análise dos dados; d) análise do contexto social, econômico e cultural do(s) sujeito(s); e) avaliação das condições de vida e das relações sociais do(s) sujeito(s); f) pareceres baseados na análise realizada e possíveis recomendações para ações ou intervenções.

A sua elaboração enfrenta diversos desafios, como a complexidade das realidades sociais analisadas, a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e a pressão de diferentes interesses envolvidos. Além disso, o/a assistente social deve seguir princípios éticos, garantindo a confidencialidade, imparcialidade e o respeito à dignidade dos sujeitos analisados (CFESS, 2022).

O laudo social é um dos instrumentos mais requisitados no Serviço Social, uma vez que serve como contributo para a compreensão de uma sociedade que se mostra cada vez mais chagada pela dominação de classe. Sua elaboração requer conhecimento técnico, empatia e

---

<sup>5</sup> É importante ter em mente que “a visita domiciliar é um instrumento que potencializa as possibilidades de conhecimento da realidade do usuário (conhecendo com ele as suas dificuldades, a sua realidade e **não o uso policialesco e disciplinador de reafirmação do poder de controle institucional**) [...]” (SARNAMENTO, 2017, p.122). É colocado um grifo para ressaltar que o assistente social não deve invadir a vida privada do usuário – que via de regra recorre à justiça para a efetivação de direitos que lhes foram subtraídos –, ainda mais se for para defender um Estado que “assegura a dominação de uma classe sobre outra”, que “[...] ao invés de [...] combater a desigualdade, a sua estrutura de financiamento termina por reproduzi-la” (BEHRING, 2023, p. 375-377).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

compromisso ético por parte do/a assistente social, que deve sempre intentar compreender a complexidade das realidades sociais e oferecer subsídios para a tomada de decisões.

Antes de passarmos à próxima seção, é mister que se diga que

[...] a qualidade do estudo depende inicialmente da abrangência e profundidade das informações obtidas, ou seja, da competência técnica do perito que está associada à sua competência teórico-metodológica, especialmente em relação ao objeto de estudo, bem como ao seu compromisso ético. Este conjunto garantirá a pertinência e a consistência da análise interpretativa (MIOTO, 2001, p. 155).

Assim, de acordo com a autora, a qualidade de um laudo social está diretamente ligada à abrangência e profundidade das informações coletadas pelo/a assistente social. Essa qualidade depende tanto da competência técnica e teórico-metodológica do profissional, como de seu compromisso ético. Veja.

A abrangência refere-se à amplitude das informações coletadas, enquanto a profundidade diz respeito à minuciosidade dessas informações. Em um caso de avaliação das condições de vida de uma família, por exemplo, o/a assistente social deve coletar informações sobre vários aspectos da vida dos membros da família, incluindo saúde, educação, renda, habitação, relações interpessoais e acesso a serviços públicos. Além de verificar se a família possui uma moradia adequada<sup>6</sup>, o/a profissional também deve explorar a qualidade das condições de saúde dos membros, o desempenho escolar das crianças, e a estabilidade das relações familiares.

Já a profundidade se refere ao nível de detalhe com que essas informações são investigadas. Não basta saber que a família tem acesso à saúde; é necessário entender a qualidade desse acesso e as possíveis barreiras enfrentadas. Dito de outro modo, o/a assistente social não deve apenas registrar que a família visita o posto de saúde, mas também investigar a frequência das visitas, a qualidade do atendimento recebido e os resultados desses atendimentos na saúde dos membros da família.

---

<sup>6</sup> Entender-se-á por *moradia adequada*: “[...] uma série de condições devem ser atendidas antes que formas particulares de abrigo possam ser consideradas como moradia adequada. Para que o direito à moradia adequada seja satisfeito, há alguns critérios que devem ser atendidos [...]” (BRASIL, 2013, p.13). Ainda segundo este documento, entre esses critérios estão: a segurança da posse, que garante proteção legal contra despejos e ameaças; a disponibilidade de serviços essenciais como água potável, saneamento, energia, e coleta de lixo; a economicidade, assegurando que o custo da moradia não comprometa outros direitos humanos; a habitabilidade, que exige segurança física e proteção contra condições adversas; a acessibilidade, que leva em conta as necessidades de grupos desfavorecidos; a localização, garantindo proximidade a oportunidades de emprego e serviços essenciais; e a adequação cultural, que respeita a identidade cultural dos ocupantes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A competência técnica do/a perito/a envolve a habilidade prática do/a assistente social em utilizar ferramentas e métodos adequados para coletar e analisar dados. Exemplos incluem: a) saber conduzir entrevistas de forma a extrair informações relevantes sem causar desconforto ou coação nos entrevistados. Um/a assistente social experiente, por exemplo, sabe fazer perguntas abertas que permitem aos membros da família expressarem suas preocupações de maneira detalhada; b) A habilidade em observar e interpretar sinais não-verbais e o ambiente físico durante visitas domiciliares. A título ilustrativo, pode citar que durante uma visita, o/a assistente social observa não apenas as condições físicas da moradia, mas também a interação entre os membros da família, identificando possíveis tensões ou harmonias que podem não ser verbalizadas.

A competência teórico-metodológica envolve o conhecimento das teorias sociais e métodos de pesquisa que sustentam a prática do Serviço Social. Isso inclui a capacidade de “[...] analisar a realidade – analisar a movimentação da luta de classes – e a partir dela extrair os elementos de representação do concreto, ou seja, o concreto pensado (SANTOS, 2022, p. 604). Analisar a realidade, no contexto das lutas de classes, significa observar e compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam as relações entre diferentes grupos na sociedade. Essa análise não se limita à descrição superficial dos eventos ou situações, mas busca identificar as forças e interesses subjacentes que impulsionam essas lutas. Trocando em miúdos, o concreto pensado é a síntese teórica que explica a realidade observada, permitindo que se entenda de forma mais profunda as estruturas e relações que definem a luta de classes. Essa abordagem busca não apenas descrever a realidade, mas explicá-la através de uma análise crítica que revela os mecanismos subjacentes de poder, exploração e resistência.

O compromisso ético garante que a coleta e análise dos dados sejam realizadas de maneira ética e respeitosa, protegendo a dignidade e os direitos dos sujeitos envolvidos. Por isso, exige-se que o profissional garanta que todas as informações coletadas sejam tratadas com confidencialidade<sup>7</sup>. Além disso, é prudente que se mantenha a imparcialidade ao coletar e interpretar dados, evitando preconceitos e julgamentos pessoais.

Quando a abrangência e profundidade das informações são adequadas, a competência técnica e teórico-metodológica é sólida, havendo, por isso, um compromisso ético, gerando, de

---

<sup>7</sup> O capítulo V do Código de Ética do/a Assistente Social, trata do *sigilo profissional*, um dos pilares da prática do serviço social. Esse capítulo estabelece que o/a assistente social tem o direito e o dever de manter o sigilo profissional em relação às informações obtidas no exercício de sua atividade. Ademais, ele enfatiza a importância de proteger a privacidade dos/as usuários/as e estabelece as condições estritas sob as quais o sigilo pode ser quebrado, sempre com o intuito de proteger os interesses das partes envolvidas (BRASIL, 2012).

consequência, uma análise interpretativa resultante que será pertinente e consistente. Isso significa que: a) a análise é relevante e diretamente aplicável ao contexto específico dos sujeitos analisados; b) ela é lógica, coerente e sustentada por evidências sólidas.

Em síntese, a qualidade de um laudo social depende da competência do/a assistente social em coletar informações, aplicar conhecimentos teórico-metodológicos adequados e manter um compromisso ético rigoroso. Assim é possível garantir que a análise interpretativa seja pertinente e consistente, oferecendo uma base sólida para a tomada de decisões fundamentadas, consoante entende Mito (2001).

Na próxima seção, deter-se-á ao componente linguístico desse documento, precisamente, será debatido o uso das tipologias textuais na construção do Laudo Social.

### **3. DAS TIPOLOGIAS TEXTUAIS PROPOSTAS POR TRAVAGLIA E DE COMO ELAS PODEM CONTRIBUIR NA ELABORAÇÃO DO LAUDO SOCIAL**

O texto “Tipologia textual e ensino de língua”, de Luiz Carlos Travaglia, aborda a relação entre as categorias de textos (tipos, subtipos, gêneros, espécies) e o ensino de língua. O autor argumenta que o ensino de língua deve estar vinculado às categorias de texto e suas características. Neste contexto, o artigo oferece um referencial teórico sobre tipologia textual para ajudar os professores na organização de um ensino centrado nessas categorias. Travaglia também discute aspectos da relação entre tipologia e ensino de língua e fornece exemplos práticos para mostrar como os professores podem concretizar a teoria em suas atividades. Embora o leitor implícito seja outro, pode-se ler e usufruir desse conhecimento também na profissão de assistente social, pois, ao aplicar esses conhecimentos na construção de um laudo social, o/a perito/a garante que o documento seja bem-estruturado, claro e eficaz na comunicação das informações e conclusões necessárias para a tomada de decisões informadas pelas partes envolvidas.

Alguns pontos principais do artigo incluem: a) categorias de texto: identificam classes de textos com características comuns em termos de conteúdo, estrutura composicional, estilo, funções/objetivos, e condições de produção, mas distintas de outras categorias; b) tipelementos: Travaglia identifica quatro categorias de texto (tipos, subtipos, gêneros e espécies) e destaca a importância de entender suas interrelações para estruturar o ensino de língua de maneira eficaz; c) tipos de texto: o autor apresenta uma tipologia que inclui textos descritivos, dissertativos,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

injunativos e narrativos, explicando suas principais propriedades e como cada um se relaciona com a perspectiva do produtor do texto, seu objetivo, a forma como instaura o interlocutor e o tempo referencial. Em síntese, o artigo busca fornecer um referencial teórico operacional e exemplos práticos para trabalhar com diferentes categorias de texto no ensino de língua, ajudando a desenvolver a competência comunicativa dos alunos de maneira mais eficaz.

Travaglia apresenta uma classificação de textos em quatro categorias: tipos, subtipos, gêneros e espécies. Sobre o *Tipo*, ou autor ensina: “[...] é identificado e se caracteriza por instaurar um modo de interação, uma maneira de interlocução segundo perspectivas que podem variar constituindo critérios para o estabelecimento de tipologias diferentes” (TRAVAGLIA, 2018, p. 1341). Ou seja, cada tipo de texto cria uma forma específica de interação e comunicação, dependendo de diversos critérios que podem variar e, assim, formar diferentes tipologias de texto. Isso significa que um texto é moldado pela maneira como estabelece a relação entre quem escreve (enunciador) e quem lê (interlocutor), além de outros aspectos como objetivo e estrutura do texto. O laudo pericial, produzido pelos/as assistentes sociais após um estudo social é um exemplo elucidativo do que o autor quis dizer. Veja.

No caso do laudo pericial, o enunciador é um/a perito/a, um especialista em um campo específico, que o escreve com base em uma análise técnica e objetiva dos fatos. O seu objetivo principal é apresentar uma análise, imparcial e fundamentada sobre uma questão específica, seja ela jurídica, técnica ou científica. O laudo pericial dilucida fatos e fornece uma base sólida para decisões judiciais. Ele instaura o interlocutor (quem lê o laudo) como uma pessoa que precisa de uma explicação sobre um assunto requerido. Isso pode incluir juízes, advogados, Ministério Público e demais partes envolvidas em um processo judicial ou outros especialistas que necessitam das informações contidas no laudo para tomar decisões informadas.

Voltando a Travaglia, o linguista identifica quatro tipos de texto que são fundamentais para a composição de gêneros que utilizamos cotidianamente: descritivo, dissertativo, injuntivo e narrativo. “[...] Eles, junto com o argumentativo [...], são os principais tipos para a composição de gêneros. Representam, portanto, habilidades linguístico-discursivas básicas, fundamentais, que todos precisam dominar para construir, compor textos” (TRAVAGLIA, 2018, p. 1341). Cada tipo de texto é caracterizado por propriedades específicas que influenciam como são produzidos e compreendidos. Essas propriedades incluem a perspectiva do produtor do texto, o objetivo do texto, a forma como instaura o interlocutor e o tempo referencial. Diante disso, apresentar-se-á sumariamente cada um desses quatro principais tipos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O tipo descritivo se caracteriza por proporcionar uma interação baseada na caracterização de objetos, pessoas, situações, ambientes etc. A descrição visa detalhar e especificar os atributos e qualidades do objeto descrito, fornecendo ao leitor uma imagem clara e precisa do que está sendo abordado. Ao utilizar essa tipologia o/a assistente social tem que ter em mente que

O leitor quer o particular, não o geral; não a descrição de todos os componentes do cenário, mas só daqueles indispensáveis para que entenda o que aconteceu ou vai acontecer ali. Não a descrição de todas as partes do objeto, mas só daquelas que permitam entender para o que ele serviu e para o que vai servir na história que lhe contamos (GUEDES, 2009, p. 196).

Aplicando ao contexto da escrita do laudo social, significa dizer que o/a perito/a social, ao selecionar e descrever apenas os elementos essenciais, ajuda a construir uma narrativa mais clara e focada, permitindo ao interlocutor – por vezes os juízes – compreender melhor as dinâmicas e os contextos analisados. Essa abordagem evita sobrecarregá-lo com informações desnecessárias, concentrando-se nos detalhes que realmente importam para a compreensão da situação ou do objeto em questão.

De acordo com Travaglia (2018, p. 1341), o tipo descritivo “instaura um modo de interação, uma maneira de interlocução segundo perspectivas que podem variar constituindo critérios para o estabelecimento de tipologias diferentes”. Essa forma textual é integrante na composição de diversos gêneros<sup>8</sup>, sendo indispensável em contextos em que se busca caracterizar elementos de forma precisa e objetiva.

No contexto dos laudos sociais, o tipo descritivo desempenha um papel necessário, mas precisa ser bem dosado no texto para que o laudo não seja puramente descritivo<sup>9</sup>. Um laudo social é um documento técnico e científico elaborado por assistentes sociais, utilizado para diagnosticar situações sociais específicas, propondo intervenções adequadas. O uso da descrição permite que o/a profissional comunique de maneira clara e detalhada as observações e análises

---

<sup>8</sup> Travaglia (2018, p.1340) notou que “o descritivo entra na composição de muitos gêneros, mas são raros os gêneros em que ele é o tipo necessário e dominante”.

<sup>9</sup> Magalhães (2006, p. 79) alertou que “Não basta descrever, mas relacionar a descrição a aspectos importantes da realidade, numa perspectiva da área profissional”. O “Manual de Procedimentos Técnicos: Atuação dos Profissionais de Serviço Social e Psicologia Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo” também constrói um entendimento nesta mesma linha de raciocínio: “Deve-se evitar uma escrita meramente descritiva e detalhes pormenorizados dos relatos das pessoas entrevistadas, o uso de adjetivos que sugiram juízo de valor, bem como expor particularidades ou intimidades que afetem as pessoas entrevistadas” (CIF, 2022, p. 53).

realizadas durante um estudo, tornando o laudo uma ferramenta eficaz para a compreensão e solução de problemas demandados.

O tipo descritivo pode ser aplicado em Laudos Sociais de várias maneiras: a) na caracterização do ambiente e contexto da demanda, uma vez que a descrição do ambiente e contexto onde se encontra o indivíduo ou a família atendida é importante para que o interlocutor tenha noção sobre as condições de moradia, infraestrutura do local, ambiente familiar, entre outros aspectos relevantes; b) descrevendo o perfil do/a requerente e de sua família, seu perfil socioeconômico, cultural e demográfico, incluindo informações sobre emprego, renda, educação, saúde, relações familiares, etc.; c) especificar a situação problema, detalhando a situação específica que motivou a elaboração do laudo, descrevendo os eventos e circunstâncias que envolvem o caso.

A clareza e a precisão das descrições nos laudos sociais garantem que as informações sejam compreendidas de maneira correta por todos os/as envolvidos/as no processo de intervenção. Através da descrição é possível permitir que os/as leitores/as do laudo compreendam as condições e necessidades dos/as atendidos/as, fornecendo uma base para a tomada de decisões e/ou elaboração de estratégias de intervenção. Ainda se pode acrescentar que a profissão também abona, uma vez que o exercício da descrição em documentos, ajuda a criar um registro detalhado e preciso das situações, facilitando o acompanhamento e avaliação de casos ao longo do tempo.

Portanto, quando se tem ciência do tipo descritivo, suas características e maneiras de usar, se torna ao/a perito/a uma ferramenta essencial na escrita de laudos sociais, contribuindo significativamente para a eficácia das intervenções propostas e para a melhoria das condições de vida das pessoas atendidas.

O tipo dissertativo é caracterizado pela exposição de ideias de forma lógica e coerente, com o objetivo de explicar, argumentar, ou refletir sobre determinado tema. Segundo o autor, na dissertação, “temos o enunciador na perspectiva do saber/conhecer, abstraindo-se do tempo e do espaço, com o objetivo do enunciador de buscar o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar, expor ideias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações” (TRAVAGLIA, 2018, 1349).

Este tipo textual se organiza de maneira que apresenta uma introdução, desenvolvimento e conclusão, onde cada parte desempenha um papel na construção do argumento. Na introdução, o tema é apresentado e delimitado. No desenvolvimento, os argumentos são expostos e articulados



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de forma lógica, utilizando-se de exemplos e evidências. Na conclusão, há um fechamento das ideias apresentadas, reafirmando a tese defendida ao longo do texto. Além disso, o tipo dissertativo pode ser dividido em dois subtipos principais: o expositivo e o argumentativo. No expositivo, há uma apresentação de informações e explicações sobre um tema sem a intenção de persuadir o leitor, apenas para informar e esclarecer. Já o argumentativo, além de informar, busca convencer o leitor de um ponto de vista específico, utilizando-se de argumentos e contra-argumentos (TRAVAGLIA, 2018).

A escrita de um laudo social se beneficia enormemente do tipo dissertativo, especialmente em sua variante expositiva<sup>10</sup>. Um laudo social precisa apresentar informações detalhadas sobre a situação social de um indivíduo ou grupo, explicando contextos, identificando problemas e sugerindo soluções de maneira objetiva. A utilização da estrutura dissertativa permite que o laudo social seja organizado de maneira lógica, facilitando a compreensão por parte de quem o lê. Por exemplo, ao descrever a situação de uma família em um laudo social, o/a assistente social pode iniciar com uma introdução que contextualize brevemente a situação. No desenvolvimento, podem ser expostos os dados coletados durante a avaliação social, incluindo entrevistas, observações e análises de documentos. A conclusão pode resumir os principais achados e sugerir intervenções ou encaminhamentos necessários.

A clareza e a coerência proporcionadas pela estrutura dissertativa ajudam a garantir que o laudo social cumpra seu objetivo de informar de maneira precisa e fundamentada, permitindo que as decisões tomadas com base nesse documento sejam bem embasadas. Como afirma o autor, a dissertação se caracteriza por “refletir, explicar, avaliar, conceituar, expor ideias para dar a conhecer, para fazer saber” (TRAVAGLIA, 2018, p. 1349), características essenciais para a elaboração de um laudo social eficaz.

---

<sup>10</sup> Consoante ensina Travaglia (2018, p. 1349-1352), o texto dissertativo pode ser dividido em dois subtipos principais: o expositivo e o explicativo. O expositivo é caracterizado pela apresentação clara e organizada de informações, conceitos ou ideias, sem introduzir controvérsias ou questões a serem resolvidas. Seu objetivo é simplesmente expor o conhecimento de maneira lógica e consensual. A estrutura do texto expositivo pode variar, sendo organizado de forma dedutiva (do geral para o específico), indutiva (do específico para o geral), ou em uma combinação de ambos. Ele evita tanto a argumentação, que envolve a defesa ou refutação de posições, quanto a problematização, que é um elemento do texto explicativo. Já o texto explicativo, por sua vez, vai além da mera exposição de informações. Ele parte de um conhecimento ou fato incontestável, mas que necessita de uma explicação ou solução devido a algum aspecto que causa dúvida ou contradição. O objetivo do texto explicativo é esclarecer essa questão, fornecendo informações adicionais e, ao final, oferecer uma compreensão mais completa e enriquecida do fenômeno abordado. Sua estrutura geralmente segue quatro fases: a constatação inicial do fenômeno, a problematização que levanta a questão ou contradição, a resolução que oferece a explicação propriamente dita, e, finalmente, a conclusão que reformula e enriquece a compreensão inicial.

O tipo injuntivo é caracterizado pela intenção de incitar ou orientar o interlocutor a realizar determinada ação. Segundo o autor, o tipo injuntivo “incita a realização de uma situação” e estabelece o interlocutor como “aquele que realiza aquilo que se requer, que se determina ou que se deseja que seja feito ou aconteça” (TRAVAGLIA, 2018, p. 1347). Esse tipo textual pode se manifestar em várias formas, como ordens, pedidos, súplicas, conselhos, prescrições e opções, cada uma com diferentes nuances de polidez e hierarquia entre locutor e interlocutor.

O autor explica que o injuntivo se caracteriza pela “indiferença à simultaneidade ou não das situações” e pelo fato de que o “tempo da enunciação é sempre anterior ao tempo referencial de realização da situação”, ou seja, as ações recomendadas ou ordenadas estão previstas para ocorrer no futuro (TRAVAGLIA, 2018, p. 1347).

O tipo injuntivo aparece, no laudo social, especialmente na seção onde se faz recomendações ou sugestões de ações a serem tomadas, pois frequentemente precisa orientar diferentes partes envolvidas sobre os passos a seguir para solucionar ou mitigar problemas identificados. Desse modo, ao finalizar um laudo, o/a assistente social usa o tipo injuntivo para prescrever ações específicas, como “recomenda-se que a família seja encaminhada para atendimento psicológico” ou “solicita-se que a criança seja matriculada em atividades extracurriculares”, por exemplo. Estas prescrições ajudam a orientar o interlocutor a ações que devem ou podem ser realizadas por ele para resolver a demanda gerada.

O uso de um tom adequado (mais polido ou mais direto) dependendo da relação hierárquica e da urgência das ações a serem realizadas é essencial. Isso garante que as recomendações sejam compreendidas e implementadas da maneira correta, respeitando a dinâmica social entre os envolvidos.

Quando o/a perito/a sabe manipular o tipo injuntivo, ele fornece instruções específicas, contribuindo, de um lado, para a eficácia e a pertinência dos laudos sociais, e, de outro, garantindo que as ações recomendadas sejam compreendidas para serem executadas corretamente, facilitando o processo de intervenção e acompanhamento dos casos analisados.

O tipo narrativo é caracterizado pela apresentação de uma sequência de eventos ou situações, muitas vezes envolvendo personagens e um enredo que se desenvolve ao longo do tempo. Segundo Luiz Carlos Travaglia, o tipo narrativo se estrutura basicamente em função do aspecto de relação temporal entre os estados de coisas e/ou acontecimentos que relata. Isso significa que o texto narrativo se organiza ao redor de uma cronologia que permite ao leitor acompanhar a progressão dos eventos descritos. Nas palavras do autor: “na narração tem-se



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

acontecimentos ou fatos organizados em episódios os quais contêm indicação e detalhamento (geralmente por meio de descrição) de lugar, tempo, participantes/actantes/personagens mais acontecimento(s) (ações, fatos ou fenômenos que ocorrem)” (TRAVAGLIA, 2018, p.1365).

Na elaboração de um laudo social, o/a assistente social precisa relatar uma série de eventos e situações vividas pelo indivíduo ou família atendida, descrevendo o contexto, as ações tomadas e os resultados observados, pois, ao narrar a história de uma família atendida, o/a assistente social pode organizar o texto de forma cronológica, descrevendo os eventos desde o primeiro contato até as intervenções realizadas e seus resultados. Isso permite que os leitores do laudo compreendam a sequência dos acontecimentos e as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

A narrativa dos eventos e das intervenções sociais fornece um quadro compreensível da situação analisada. Essa abordagem contextualiza os problemas enfrentados e as soluções propostas, facilitando a avaliação das ações e a tomada de decisões durante o processo de acompanhamento. Em síntese, o tipo narrativo, ao estruturar os eventos de maneira lógica e temporal, contribui para a clareza e a compreensão dos laudos sociais, permitindo uma visão completa e detalhada das situações analisadas e das intervenções realizadas.

Para finalizar a seção, o tipo argumentativo é caracterizado pela construção de um discurso cujo objetivo principal é convencer ou persuadir o leitor a aderir a uma determinada ideia, tese ou proposta. Pode-se entender a partir de Travaglia (2018) que o texto argumentativo se estrutura em função da necessidade de justificar, defender ou refutar uma tese, ponto de vista ou proposta de ação, através do uso de argumentos logicamente organizados.

O autor destaca que a argumentação envolve “elementos importantes como os argumentos, a conclusão ou tese; as classes e escalas argumentativas que registram que alguns argumentos são mais fortes que outros para sustentar uma dada tese ou conclusão”. Além disso, a argumentação utiliza uma variedade de recursos linguísticos, tais como “operadores argumentativos, pressuposições, figuras, modalidades, estabelecimento de relações (causa e consequência, oposição, concessão, conjunção, conformidade etc.), repetições, pausas e silêncios” (TRAVAGLIA, 2018, p. 1343-1344).

Na elaboração de um laudo social, o uso do tipo argumentativo é basilar, pois o/a assistente social, ao redigir um laudo, muitas vezes precisa justificar suas observações, análises e recomendações de forma convincente para que outras partes envolvidas compreendam e aceitem suas conclusões. Por exemplo, ao argumentar sobre a necessidade de uma intervenção



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

específica em uma família atendida, o/a assistente social pode organizar seu texto de maneira a: I. a apresentar claramente a ideia ou proposta central, como a necessidade de acompanhamento psicológico para um membro da família; II. utilizar dados coletados, depoimentos, observações diretas e referências teóricas para sustentar a tese. Travaglia (2018, p. 1389) sugere que o autor do texto deve “levantar que elementos (fatos, dados, depoimentos, proposições de autoridades no assunto, consequências de adesão à ideia ou ação, comparações e analogias etc.) ele pode usar como argumentos”; III. decidir a ordem mais eficaz para apresentar os argumentos, começando pelos mais fortes ou mais impactantes; por fim, IV. reforçar a tese inicial, resumindo os argumentos principais e reiterando a necessidade ou recomendação proposta.

Saber utilizar uma estrutura argumentativa em um laudo social não apenas torna o documento mais persuasivo, mas também demonstra a competência técnica do/a assistente social em lidar com situações complexas e justificar suas ações de maneira lógica e fundamentada. Isso facilita a tomada de decisões por parte dos/as destinatários/as do laudo, garantindo que as recomendações feitas sejam levadas a sério e implementadas de forma adequada.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A formação profissional do/a perito/a social e a imagem profissional são notadamente enriquecidas pelas contribuições da língua, especialmente pelas tipologias textuais. A competência linguística e a habilidade de compreender e reproduzir diferentes tipos de textos em gêneros textuais concretos, a exemplo, de laudo social, parecer social, encaminhamentos, relatórios, entre outros, além de contribuir com o desempenho eficaz do profissional, ainda ajuda a formar uma imagem de excelência da profissão, conforme Magalhães (2006). A seguir, resgatar-se-á sinteticamente algumas das contribuições das tipologias textuais à formação desse profissional, consoante foi explorado neste trabalho.

Primeiramente, um dos aspectos fundamentais do trabalho do/a perito/a social é a comunicação precisa. A habilidade de redigir relatórios, pareceres e outros documentos oficiais exige o conhecimento das tipologias textuais, para que não se use intuitivamente dificultando a clareza e precisão do documento produzido. Textos descritivos, narrativos e dissertativos são frequentemente utilizados para descrever situações, narrar eventos e apresentar análises e conclusões. A precisão na escolha das palavras e a clareza na estrutura do texto são o caminho



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mais eficiente para garantir que as informações sejam transmitidas de maneira eficaz e compreensível.

Segundamente, a capacidade de analisar, interpretar e reproduzir diferentes tipos de textos é outra contribuição significativa. O/a perito/a social precisa avaliar documentos, depoimentos e outras fontes de informação, muitas vezes de natureza complexa e variada. Compreender a estrutura e a função das tipologias textuais permite ao/a perito/a extrair as informações relevantes, identificar nuances e contextos e formular conclusões fundamentadas.

A produção de documentos técnicos é uma competência central na atuação do/a perito/a social. Relatórios técnicos, laudos periciais e outros documentos oficiais devem seguir padrões específicos de estrutura e linguagem. O conhecimento das tipologias textuais permite ao/a perito/a organizar suas ideias de maneira lógica e coerente, respeitando as normas e os critérios exigidos na produção desses documentos. Textos injuntivos, que dão instruções claras e precisas, são particularmente relevantes nessa área.

Partindo do pressuposto que “argumentar é humano” (KOCH e ELIAS, 2016, p. 9), entende-se que argumentação é uma habilidade necessária para o/a perito/a social, especialmente quando se defende suas conclusões em contextos jurídicos ou administrativos. Conhecer e dominar a estrutura do raciocínio argumentativo capacita o/a perito/a a construir argumentos sólidos, apresentar evidências de maneira convincente e responder a possíveis contestações de forma articulada e fundamentada.

Além das habilidades técnicas, a atuação do/a perito/a social exige sensibilidade e empatia, especialmente ao lidar com relatos e depoimentos de indivíduos em situações vulneráveis. Textos narrativos, que muitas vezes exploram experiências humanas de maneira profunda e emotiva, podem auxiliar o/a perito/a a desenvolver uma compreensão mais empática e humanizada das situações que avalia.

Notoriamente, o domínio das tipologias textuais contribui para a atuação do/a assistente social, sobretudo na área sociojurídica, no seu modo de documentar, haja vista que “a linguagem é essencial ao trabalho do/a assistente social em todas as comunicações que estabelece no cotidiano de trabalho – com a população, com outros/as profissionais, com a hierarquia institucional etc.” (CFESS, 2022, p. 141), além de proporcionar também um bom motivo para a formação contínua e a atualização profissional, já que requer que o profissional dê atenção a um conjunto de conteúdos que normalmente não teria acesso diretamente na área. A leitura de textos acadêmicos, jurídicos e técnicos é fundamental para manter-se atualizado com as novas teorias,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

práticas e legislações pertinentes à área. A competência para compreender e produzir textos complexos permite ao/a assistente social perito/a acessar e contribuir para o avanço do conhecimento em sua área de atuação.

Por fim, as contribuições da língua, através das tipologias textuais, à formação profissional do/a perito/a social são multifacetadas: desde a clareza na comunicação até a produção de documentos técnicos e a habilidade argumentativa. Ter ciência e domínio das diferentes tipologias textuais, de um lado, evita que “[...] profissionais apresentem **registros** [documentos] **somente** descritivos” (CFESS, 2022, p.144), de outro, enriquecem os documentos, oferecendo uma visão mais completa, promovendo uma análise crítica, facilitando a proposição de soluções, melhorando a comunicação com diferentes públicos e atendendo às exigências normativas e profissionais do/a perito/a social.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].
- BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Direito à moradia adequada**. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.
- CFESS (org.). **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico**: subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2014.
- CFESS (org.). **O Estudo Social em Perícias, laudos e pareceres técnicos**: debates atuais no Judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Cortez, 2014.
- CFESS (org.). **Produção de documentos e emissão de opinião técnica em Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2022.
- FÁVERO, E. T. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões. *In*: CFESS; ABEPSS (Orgs.) **SERVIÇO SOCIAL**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009, p. 609-636.
- GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação escolar à produção textual**: o ensino da escrita. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: contexto, 2016.

MAGALHÃES, Selma M. **Avaliação e Linguagem**; relatórios, laudos e pareceres. São Paulo: Veras, 2006.

MARTINS, Ludson Rocha. A questão dos documentos profissionais no Serviço Social. **Temporalis**, [S. l.], v. 17, n. 33, p. 75–102, 2017. DOI: 10.22422/temporalis.2017v17n33p75-102. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/15102>. Acesso em: 09 jul. 2024.

MIOTO, Regina Célia T. Estudos Socioeconômicos. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SANTOS, Nivalter Aires dos. A crítica da economia política como método: alguns elementos para investigação nas ciências sociais. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 3, p. 600-610, 2022.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Tipologia textual e ensino de língua**. DOMÍNIOS DE LINGU@GEM, v. 12, p. 1336-1400, 2018.